

O DIREITO ACHADO NA RUA ATRAVÉS DO DIÁLOGO ENTRE A ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO ESTADO DO CEARÁ

Amanda Oliveira de Sousa¹

Arthur de Oliveira Sales²

Livia Maria Nascimento Silva³

Francisca Edineusa Pamplona Damacena (orientadora)⁴

RESUMO

A Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP) se constitui como uma organização alternativa inserida nos cursos de graduação em Direito, que possibilita a promoção de espaços interdisciplinares de reflexão crítica em torno da prática jurídica através da extensão universitária. Nesse contexto, o presente trabalho pretende apresentar o elo estabelecido entre as AJUPs e os movimentos sociais, abordando suas dimensões histórica, social, política e ideológica para melhor compreensão da importância de suas atuações na atual conjuntura brasileira. O estudo é resultado de uma pesquisa de campo, do tipo quantitativa-qualitativa, realizada no período de abril a junho de 2019, que buscou analisar como ocorre a atuação desses grupos no Estado do Ceará. Para tanto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com emprego de questionários semiestruturados. Ao todo foram encontrados 07 grupos, e, através das análises e discussões de suas respostas, foi averiguado que apesar de exercerem atividades distintas, conforme as necessidades e viabilidade da realidade onde funcionam, possuem objetivos em comum, como a defesa dos direitos humanos, a busca por justiça social e o norte metodológico baseado na educação popular. Além disso, verificou-se que as práticas pedagógicas da AJUP, junto ao desempenho da militância dos movimentos sociais na contemporaneidade, despertam os estudantes para uma consciência crítica acerca do Direito e o empoderamento das camadas populares. Dessa forma, percebe-se que as AJUPs são uma possibilidade de ressignificação da educação jurídica, pois estabelecem uma disputa paradigmática frente ao tradicional positivismo predominante nos cursos de Direito, além de projetarem uma prática mais humanizada e

1 Estudante de Pós- graduação. Pós-Graduanda em Direito Constitucional pela Universidade Regional do Cariri URCA, membra do Programa de Assessoria Jurídica Estudantil (P@JE); oliveiraamanda482@gmail.com; Crato, Ceará, Brasil.

2 Estudante de Graduação; Graduando em Direito na Universidade Regional do Cariri (URCA), membro do Programa de Assessoria Jurídica Estudantil (P@JE); arthur.oliveiradat96@gmail.com; Crato, Ceará, Brasil. Bolsista de projeto de pesquisa financiado pelo PIBIC/URCA.

3 Estudante de graduação; Graduanda em Direito na Universidade Regional do Cariri (URCA), integrante/pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Relações Étnico-Raciais (NEGRER), membra do Programa de Assessoria Jurídica Estudantil (P@JE); liviamarians1@gmail.com, Crato, Ceará, Brasil. Bolsista do PIBIC/URCA financiada pelo CNPq.

⁴ Professora do Ensino Superior; Doutora em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC); Professora da Universidade Regional do Cariri (URCA) edineusapamplona@gmail.com, Crato, Ceará, Brasil. Orientadora de projeto de pesquisa financiando pelo PIBIC/URCA.

engajada em causas sociais.

Palavras-chave: Assessoria Jurídica Universitária Popular. Movimentos sociais. Estado do Ceará.

Simpósio Temático 5: Movimentos sociais contemporâneos: potências e limites dos corpos-bandeira.